

# A modernização do Brasil

O presidente Sarney decidiu comprometer seu governo, nos dois anos presumíveis que lhe restam de mandato, com um programa ambicioso de modernização de sua economia. Finalmente, "o Governo revela uma filosofia de política econômica, toda ela voltada para consolidar a implantação de moderna economia de mercado no País, seguindo diretrizes que são aceitas pelo que há de melhor entre os economistas brasileiros."

O novo programa governamental reconhece o pressuposto aceito por economistas de diferentes tendências, segundo o qual o Brasil esgotou a política de substituição de importações inaugurada ainda no governo constitucional de Getúlio Vargas e fruto dos estudos e reflexões de um grupo de economistas de escol, à frente dos quais estavam Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel.

Esse projeto tem no processo de privatização da economia a sua pedra de toque. Existe um consenso, entre os estudiosos, de que a privatização se torna a única alternativa de política econômica em face de uma crise que reduziu a poupança pública praticamente a zero, agravando a crônica escassez de recursos com que se defronta a Nação.

A privatização transformou-se em opção imperativa para um país que precisa sanear seu sistema econômico-financeiro através de uma rigorosa contenção de gastos, buscando na iniciativa privada a pou-

pança de que necessita para voltar a crescer. Sarney procura aproximar o seu governo da corrente social-democrata mais progressista, a que foi responsável pelo sucesso das novas economias emergentes do mundo que prosperaram à sombra do vigoroso Mercado Comum Europeu.

A política agrícola, que tem sido responsável por safras recordes, e a nova política industrial, são os atos mais acertados, que Sarney adotou desde que assumiu a Presidência da República. O estágio que o capitalismo atingiu no Brasil reclama a redução do papel do Estado na vida econômica da Nação, de forma que a iniciativa privada passe a desempenhar papel de vanguarda em nosso processo de desenvolvimento.

A intervenção estatal, que se fazia necessária e até indispensável para a implantação do capitalismo no País, tornou-se, agora, um entrave oneroso. É preciso reduzir essa presença, significativamente, mantendo-a apenas nos setores estratégicos ou naquelas atividades que a iniciativa privada nacional ainda não tem capacidade para ocupar. Nesse caso, o Estado apenas intervém para evitar um grau de desnacionalização incômodo e até intolerável.

Essa nova postura do Governo brasileiro entra em conflito com muitas das decisões adotadas pela Constituinte no capítulo da Ordem Econômica, a menos que o Palácio do Planalto consiga reverter algumas decisões no segundo turno de votação.